



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640041 - MS (2021/0012651-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : CRISTIANO ALVES PEREIRA
ADVOGADO : CRISTIANO ALVES PEREIRA - MS023065
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ALINE LUZIA PEREIRA VIEGAS (PRESO)
CORRÉU : AMARILDO MEDEIROS DE SOUZA
CORRÉU : RAFAEL PIAZZA
CORRÉU : ISADORA PIAZZA
CORRÉU : ANA MARIA DELUQUE DE ARAUJO
CORRÉU : THIAGO COUTINHO BARBOSA
CORRÉU : MAYARA RODRIGUES DA CRUZ
CORRÉU : KAYKE MOTA GREGORIO
CORRÉU : WELLISON DOUGLAS CAVALCANTE RONDON LARA
CORRÉU : GABRIELA DOS SANTOS DA SILVA
CORRÉU : LUCAS DE CARVALHO
CORRÉU : ELPIDIO DA SILVA SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ALINE LUZIA PEREIRA VIEGAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (HC n. 1414882-74.2020.8.12.0000).

A paciente está presa preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/2013.

Nesta via, o impetrante sustenta que a custódia cautelar foi decretada sem amparo em fundamentação idônea, uma vez que não estão presentes os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que a paciente tem 3 filhos menores de 12 anos de idade, preenchendo, dessa forma, os requisitos previstos no art. 318, inciso V, do Código de Processo Penal para a substituição da prisão preventiva por custódia domiciliar.

Aduz, ainda, que o crescimento acelerado da pandemia de covid-19 justificaria a revogação da constrição cautelar para proteger a integridade física da paciente e diminuir as consequências advindas de eventual contágio pelo vírus.

Discorre sobre os riscos de infecção no cárcere e argumenta que a ré encontra-se em grave situação de risco, visto que está presa em estabelecimento que não possui condições sanitárias adequadas, preenchendo os requisitos para ser beneficiada com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva ou, subsidiariamente, deferir prisão domiciliar para a paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

Com relação à alegada ausência de fundamentação idônea da prisão preventiva, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que o relator do *decisum* ora impugnado consignou que (fl. 621):

E esta é a situação evidenciada no presente writ, em que se imputa à paciente o cometimento do crime previsto no art. 2.º, § 2.º, da Lei n.º 12.850/13 (organização criminosa).

Diante disso, a necessidade da medida constritiva se justifica para a garantia da ordem pública, vez que, consoante salientado alhures, trata-se de paciente que integraria organização criminosa, afigurando-se como membro de facção criminosa denominada PCC - Primeiro Comando da Capital.

Trata-se de crime grave, praticado de forma habitual, que inclusive facilita e colabora na realização, por outros integrantes da facção, de diversos outros delitos, mediante condutas que acarretam intranquilidade e insegurança a toda sociedade, de modo que a segregação cautelar desses indivíduos se faz necessária como garantia da ordem pública, não havendo como aquiescer que a paciente passe a invocar os seus filhos menores para evitar o seu encarceramento cautelar.

Diante dessas circunstâncias, em que pese ser a paciente genitora de filhos menores, as circunstâncias já expostas inviabilizam a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, amparada na garantia da ordem pública, dada a real e concreta gravidade concreta da prática delitiva, afigurando-se razoável inferir que a substituição da prisão preventiva pela domiciliar não se revela concretamente suficiente para a prevenção do crime..

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do *decisum* que manteve a segregação cautelar da paciente, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 626):

No caso versando, inexistente até o momento qualquer informação específica de que a paciente esteja efetivamente à mercê dos efeitos da pandemia, vulnerável ao contágio, tampouco inserido no denominado grupo de risco delineado pela Organização Mundial de Saúde, pois não é idosa (27 anos - fl.111), gestante, nem acometido de enfermidade crônica, imunossupressora, respiratória ou que possa ensejar agravamento do seu estado de saúde, ou, ainda, que a unidade prisional em que se encontra apresente casos confirmados de contaminação pelo COVID-19.

Além disso, ao que consta, conforme noticiado, a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul - AGEPEN determinou a suspensão temporária das visitas em todos os presídios de regime fechado do Estado e se afigura em sintonia com as Secretarias de Saúde Estadual e Municipais no tocante aquisição de insumos e obtenção de orientações acerca do Covid-19.

Nesse contexto não há constrangimento ilegal a ser sanado, posto que a decisão atacada encontra-se devidamente fundamentada, com fulcro em elementos concretos.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência